

Ocupações de Fábrica no Brasil entre 2002 e 2008: O Movimento das Fábricas Ocupadas

Resumo

O presente trabalho, resultado de campo realizado para uma tese de doutoramento, pretende fazer uma breve descrição e análise de um movimento social que se desenvolveu no Brasil entre os anos de 2002 e 2008. Os trabalhadores do “Movimento das fábricas Ocupadas” buscaram através da “ocupação” e da instauração do “controle operário da produção”, impedir o fechamento de fábricas que se encontravam em situação falimentar por não conseguirem resistir aos efeitos da abertura comercial da década de 90. Procuo analisar fatores que auxiliem à compreensão do surgimento desse movimento, das formas de produção de solidariedade e o repertório de ações mobilizado pelos trabalhadores. A pesquisa se fundamenta em etnografia, entrevistas e análise de documentos, com o propósito de problematizar as ocupações como formas de resistência dos trabalhadores frente aos efeitos da reestruturação produtiva.

Introdução

Este artigo pretende fazer uma breve descrição e análise de um movimento social que se desenvolveu no Brasil no período compreendido entre 2002 e 2008, o “Movimento das Fábricas Ocupadas” (MFO).

O MFO se constituiu como uma ação articulada de trabalhadores fabris que buscavam resistir ao desemprego através do desenvolvimento de ações coletivas, tendo como forma de ação privilegiada a ocupação de fábricas ameaçadas de fechamento. Os trabalhadores buscaram através da “ocupação” e da instauração do “controle operário da produção”¹, impedir o fechamento de fábricas que em muitos casos se encontravam em situação falimentar por não conseguirem resistir aos efeitos da abertura comercial da década de 90. Neste contexto, alguns milhares de trabalhadores brasileiros atenderam ao chamado, para “Ocupar, Produzir e Resistir”.

¹ Ocupação e controle operário da produção são conceitos nativos utilizados frequentemente pelos entrevistados e nos documentos de divulgação do MFO. A ocupação tem por objetivo garantir a continuidade das atividades produtivas e preservar os empregos em fábricas quando estas se encontram em vias de fechamento. O termo controle operário designa a forma de gestão operária da fábrica ocupada, por meio de uma democracia direta através de assembléias e da constituição de uma comissão de fábrica eleita pelos trabalhadores.

Segundo relato de dirigentes e outros trabalhadores, as ações do MFO ocorreram em dezenas de fábricas das regiões sul, sudeste e nordeste, conferindo uma expressão nacional à forma “ocupação” como um meio de luta utilizado por segmentos da classe operária para resistir à exclusão do mercado de trabalho formal, que poderia ser definitiva para os trabalhadores mais vulneráveis, como aqueles com menor qualificação e com idade mais avançada.

De acordo com o coordenador da comissão de fábrica da Flaskô, Pedro Além Santinho, entre o ano de 2002 e o de 2005 ocorreram cerca de 60 ocupações pelo “Movimento das Fábricas”. Destas fábricas, pelo menos oito chegaram a produzir sob “controle operário”, como a Cipla, Indústria Plástica sediada em Joinville, que possuía 1000 operários, a Flakepet, fábrica de reciclagem de garrafas PET em Itapevi, a Fibracoco, em Pernambuco e a Ellen Metalúrgica em Caieiras (cidade da grande São Paulo) etc.

As ocupações que obtiveram maior êxito foram a da CIPLA, - tradicional indústria plástica – que ficou cinco anos, de 2002 a 2007, sob controle de uma comissão de fábrica, da Interfibra, que também permaneceu ocupada por cinco anos e da Flaskô que se encontra ocupada desde 2003. A Flaskô, sob “controle operário” há 7 anos é hoje a última fábrica ocupada no Brasil.

Neste trabalho, procuro analisar fatores que auxiliem a compreensão do surgimento desse movimento, das formas de produção de solidariedade e o repertório contencioso (Tilly,1978) mobilizado, considerando que as ações coletivas desenvolvidas por estes trabalhadores são reveladoras do problema da complexificação-fragmentação das relações e da forma como a questão do trabalho-produção deve ser abordada como parte integrante de um conjunto mais complexo de práticas de reprodução social. A abordagem deste processo implica a agregação de temas da sociologia do trabalho e da sociologia urbana, porque toda a observação realizada até o momento aponta justamente para a conexão entre a gestão da produção e o que poderíamos chamar genericamente de “problemática urbana”.

Os dados analisados no presente trabalho foram obtidos através de etnografia realizada na Flaskô, em períodos que permaneci alojado na fábrica entre os anos de 2008 e 2010. Também pude desenvolver observação participante em viagens que realizei com trabalhadores do MFO para o Ilo. Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas, realizado no ano de 2009 em Caracas e para a Audiência Pública sobre a

situação da Flaskô realizada na Câmara dos Deputados Federais em Brasília, no ano de 2009.

Quando realizo trabalho de campo na Flaskô permaneço alojado em uma casa no interior da fábrica, onde residem operários que não possuem moradia na cidade de Sumaré. Além da etnografia, realizei entrevistas com trabalhadores do chão de fábrica, da parte administrativa e dos setores de mobilização e da “fábrica de esporte e cultura”² Trata-se de uma pesquisa em andamento. O conjunto do material empírico levantado servirá de base para a confecção de uma tese de doutorado na qual pretendo desenvolver um estudo de caso sobre a Flaskô. No presente trabalho, analiso os dados que possibilitam uma reconstituição da história do MFO e de suas características singulares.

O surgimento do Movimento das Fábricas Ocupadas

Durante a década de 1990, se intensificou no Brasil e demais países da América Latina o impacto das profundas transformações que ocorreram na organização do processo produtivo. A contextualização de tais mudanças, inerentes ao estágio da finança mundializada (Chesnais, 2005), “um sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial” deve considerar além da racionalização (ou reestruturação) da produção, a globalização dos mercados, a terciarização da estrutura econômica e a crescente ficcionalização. É importante destacar que a reestruturação produtiva que visava obter aumento de produtividade via redução de pessoal provocou forte crescimento da desocupação em todo o ocidente, inclusive no Brasil: “As taxas médias de desemprego aberto explodiram, de 4% em 1990 para 8% em 1999, enquanto a indústria perdia quase dois milhões de empregos formais em virtude da reestruturação econômica com liberalização dos mercados”. (Cardoso, 2003, pág.42).

Vale ressaltar que não se trata de dizer que o desemprego é uma consequência “negativa” do aumento da produtividade; a eliminação da força de trabalho imediata é justamente a condição necessária da ampliação da produtividade. Por sua vez, o aumento da produtividade é necessário porque é impelido pela concorrência, isto é,

² A fábrica de esporte e cultura agrega uma série de atividades promovidas por diversos coletivos. A associação desportiva DIB, que proporciona atividades esportivas gratuitas para mais de 400 jovens. A Rádio Luta. O Grupo de teatro “As Cassandras”, O Centro de Memória Operária e Popular, que organiza a documentação referente ao MFO entre outros coletivos que desenvolvem atividades culturais na fábrica envolvendo os operários e a comunidade do entorno.

pelas “leis coativas” do modo de produção, sem se reduzir a uma “estratégia” de classe que “visa obter aumento de produtividade” em prejuízo dos empregados. Muito objetivamente, a reestruturação foi condição de possibilidade do êxito da empresa nos mercados “abertos” e tendencialmente mundializados.

O impacto da abertura comercial sobre o parque fabril de países da periferia do capitalismo como o Brasil teve como consequência a desnacionalização de setores da indústria (Gonçalves, 1999, 2000,2003) e a quebra de inúmeras empresas que não se modernizaram tecnologicamente. (Pochmann, 2008).

A reação das centrais sindicais diante destas transformações teve caráter defensivo, e mesmo a CUT aderiu a uma perspectiva de diálogo com empresários e governos se comprometendo a dividir com estes a responsabilidade pela retomada do crescimento econômico; Estratégia que se exemplifica na adesão as câmaras setoriais. Os efeitos desta estratégia se evidenciaram com a diminuição do confronto aberto entre sindicatos e empresas, o que não impediu que chegássemos ao final da década com taxas elevadas de desemprego, como já foi citado. Neste cenário de crise da representação sindical (Cardoso, 2003), em muitas fábricas que se encontravam em estado pré – falimentar, os trabalhadores recorreram à ocupação da fábrica para resistir ao desemprego. Em muitos casos, estas ocupações ocorreram à margem dos sindicatos “Ocupações” de fábrica, “recuperação” de fábricas, “autogestão”, se desenvolveram durante a década de 90 e seguem se desenvolvendo em vários países da América Latina. Os trabalhadores industriais desalojados pela crise econômica são a base de sustentação destes diversos movimentos, que conformam um fenômeno cuja extensão permite qualificá-lo como latino-americano. Assim é que houve inúmeras ocupações de fábricas em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Paraguai e mais recentemente o México (Novaes, 2007). Para exemplificar, vale dizer que atualmente existem cerca de 160 fábricas recuperadas na Argentina e mais de 30 no Uruguai. (Novaes, 2007) Na Argentina estas ocupações propiciaram o aparecimento de novos movimentos sociais que buscam dirigir e representar os trabalhadores das Fábricas Recuperadas (FRs), entre os quais se deve destacar a Associação Nacional de Empresas Autogeridas (ANTA) e o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER).

Na Venezuela, país em que diversas fábricas foram ocupadas, e algumas destas nacionalizadas pelo governo de Hugo Chaves - sob um modelo de co-gestão entre o Estado e uma cooperativa de trabalhadores, através do qual o estado detém 51% das

ações e a cooperativa 49% - surgiu a Frente Revolucionária em Empresas em co-gestão (FRETECO) (Cormenanza, 2009).

No Brasil, ainda no início da década de 1990, as lutas dos operários em fábricas que se encontravam em crise possibilitaram o surgimento, em meados da década de 90, da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Auto-geridas (Anteag).

É certo que estes movimentos se manifestam de forma singular em cada um desses países, correspondendo á diversos fatores próprios a cada realidade nacional, tais como o impacto da crise econômica e das novas formas de organização produtiva, assim como os traços característicos da organização sindical entre outros fatores.

As mobilizações dos trabalhadores de fábricas que passam por processo falimentar, são conduzidas de maneiras diversas, conforme o enquadramento político e institucional que prevaleça entre o coletivo de trabalhadores. Na Argentina existem organizações políticas que apóiam o cooperativismo e a Economia social, enquanto outras defendem a estatização das “Fábricas Recuperadas”. No Brasil, setores da igreja católica, parcela considerável do sindicalismo cutista, intelectuais, estimularam o desenvolvimento de um movimento cooperativista, a chamada “Economia Solidária”. Este movimento foi abraçado pelo governo do presidente Lula e a economia solidária viveu um processo de acentuada institucionalização com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O termo “Fábricas Recuperadas” possui um alto nível de imprecisão, pois embora em muitos casos a “recuperação” das fábricas seja decorrente da tentativa dos trabalhadores de preservar empreendimentos econômicos que sustentam a sua subsistência, lutando contra o fechamento das fábricas, a intervenção de sindicatos, de instituições como a igreja, ongs entre outros atores pode influenciar o desenvolvimento destas lutas de maneira decisiva. A diferença qualitativa que se verifica entre cada uma dessas experiências não permite estudá-las como se representassem todas elas a manifestação de um mesmo fenômeno ou objeto de estudo.

Essas considerações são necessárias tendo em vista que este trabalho se dedica a analisar as “fábricas recuperadas” agrupadas no “movimento das fábricas ocupadas”. Este movimento se opõe ao cooperativismo da Economia Solidária e ao que se convencionou chamar de “auto-gestão”. O movimento se constituiu inclusive como um contraponto à Economia Solidária, sendo as suas propostas de conhecimento de amplas parcelas do sindicalismo cutista, tendo em vista a participação constante de ativistas do

MFO em assembléias da CUT, sendo mesmo alguns desses ativistas sindicalistas da CUT³.

Este trabalho busca fazer uma descrição sociológica dos aspectos que constituem este movimento sem ter o objetivo estabelecer juízo sobre suas posições ideológicas e as da Economia Solidária.

O MFO surgiu no ano de 2002 após a ocupação e assunção do controle administrativo e financeiro da CIPLA (Indústria Plástica sediada em Joinville) pelos cerca de 1000 operários que trabalhavam nesta fábrica.

A fábrica se encontrava em profundas dificuldades, devido á má gestão e incapacidade de se manter dentro dos parâmetros de competitividade instaurados pela penetração de empresas estrangeiras no ramo plástico na seqüência da abertura comercial da década de 90. Em novembro de 2002, os trabalhadores da Cipla e da Interfibra entraram em greve por tempo indeterminado, reivindicando o pagamento de salários atrasados e direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro e depósito de FGTS e INSS. (Quitério, 2003)

Serge Goulart, coordenador da comissão de fábrica da Cipla e coordenador geral do MFO, relata que diante da greve, “os patrões disseram que não tinham como pagar os atrasados e recolher o que haviam sonogado, ‘eles ofereceram passar o controle acionário’ para os trabalhadores em troca da dívida trabalhista” (Goulart, 2003). Os trabalhadores resolveram ocupar a fábrica, elegeram uma Comissão de Transição para dirigir a fábrica durante um prazo de 90 dias. A Comissão de Transição organizou a discussão sobre qual caminho seguir. A proposta de lutar pela estatização foi apresentada por Goulart e por outros militantes e após um mês de discussões foi adotada pela maioria dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Cipla passaram a reivindicar a estatização da fábrica ao presidente Lula que já havia sido eleito. Além de reivindicar a estatização da fábrica, a comissão de fábrica passou a apoiar e estimular ocupações em outras fábricas, tentando constituir um movimento social tendo por objetivo a “generalização” das ocupações de fábricas em todo o país.

³ A referência à atuação de ativistas do MFO em fóruns da CUT se deve ao fato de que o apoio político e material oferecido por muitos sindicatos filiados a CUT foi decisivo para as ocupações do MFO. Também se deve destacar que embora tivesse uma abrangência muito inferior ao movimento da economia solidária, o MFO competia com este movimento e apresentava para os sindicatos cutistas a proposta de estatização, afirmando que as cooperativas dividiam e favoreciam a fragmentação da classe trabalhadora, ao transformar os trabalhadores de empreendimentos auto-gestionários em trabalhadores – patrões.

Em 2003, ainda no primeiro ano da ocupação da Cipla, a comissão de fábrica ao mesmo tempo em que buscava reorganizar a produção da fábrica e colocar salários em dia, mobilizou trabalhadores da Cipla, alguns militantes do PT e de outros movimentos sociais para atuarem em uma série de ocupações. Atuaram na greve e na ocupação da JB da Costa em Recife, na Braspérula de Pernambuco, na Esquadrimetal de Pernambuco, na Flaskô de Sumaré, na Flakepet de Itapevi e na Parmalat de Garanhuns. (Goulart, 2003) No final de 2003, além da Cipla e da Interfibra, a Flaskô e Flakepet funcionavam sob controle operário e também reivindicavam do governo federal a estatização. Assim surge o MFO com o slogan “Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada deve ser estatizada”.

A ocupação da Cipla foi encerrada no ano de 2006, quando a justiça Federal em Santa Catarina julgou favoravelmente o pleito ajuizado pelo Ministério da Previdência Social, para cobrar dívidas tributárias produzidas durante a gestão patronal. A justiça destituiu a comissão de fábrica e deferiu o pedido de uma intervenção federal na fábrica, que passou a ser dirigida por um interventor nomeado pelo Ministério da Previdência.

A Flaskô, empresa que produz embalagens plásticas para a indústria química e que foi ocupada em 2002 por seus operários, após o estímulo da experiência da ocupação da Cipla, permanece ocupada até os dias atuais. Atualmente conta com 70 trabalhadores e, segundo o relato dos operários, a produção é organizada sob o método do “controle operário”. As decisões administrativas e financeiras são tomadas pelos operários em fóruns democráticos, com a assembléia sendo a principal instância deliberativa. Periodicamente os operários elegem uma comissão de fábrica, que tem mandatos revogáveis. Deve-se destacar que esta ocupação, assim como todas as ocupações dirigidas pelo MFO, reivindica dos governos, tanto no âmbito local, como no âmbito federal, a estatização das fábricas ocupadas.

O MFO se apresenta como um movimento socialista. Nos documentos públicos, o socialismo é apresentado como o único horizonte histórico em que as reivindicações operárias poderiam ser plenamente alcançadas. Para o MFO a viabilidade da gestão operária das fábricas fica demonstrada pela retomada da produção e manutenção dos empregos, indicando o “caráter parasitário” dos proprietários e a conseqüente dispensabilidade destes para a organização da produção e, ao mesmo tempo, revela a capacitação dos operários para a gestão das fábricas e do conjunto da sociedade.

A atenção a estes aspectos ideológicos do MFO é necessária para compreender sua diferença de outras experiências históricas de “autogestão”.

Fazendo uma revisão bibliográfica sobre o tema não encontrei nenhuma experiência em que os trabalhadores reivindicassem a estatização. Ou o movimento tentava eliminar o controle total do Estado, reivindicando uma participação da gestão – caso dos movimentos no Leste, especialmente na Iugoslávia – ou tentavam, através de uma rede de movimentos de autogestão, enfraquecer o poder de intervenção do Estado – caso francês e italiano, nos anos 60, inclusive colocando o socialismo como uma tarefa imediata. Outras formas de autogestão foram ainda mais radicais e se pretendiam imediatamente revolucionárias. Isto se exemplifica na experiência do “Comunismo de conselhos” dos anos 20, experiências durante a guerra civil espanhola. (Lefebvre, 1968) (Chauvey, 1970) (Reed, 1919) (Castoriadis, 1972) A reivindicação da estatização poderia inicialmente revelar um paradoxo, ocupar a fábrica visando perder o controle da fábrica ocupada, caso alcançassem o propósito da estatização. Aqui, se deve ressaltar que o MFO reivindicava a estatização sob “controle operário”. Em meu trabalho de campo pude ouvir várias vezes de dirigentes do MFO a avaliação de que a estatização só seria possível em um cenário de “radicalização da luta de classes” e que entendiam a estatização “sob controle operário” como um momento transitório. A singularidade das opções táticas do MFO deve, portanto, ser avaliada tendo em conta o contexto histórico de surgimento e desenvolvimento destas experiências de ocupação, a conjuntura de crise econômica que marcou a transição do segundo mandato de Fernando Henrique para o primeiro governo de Lula. Na medida em que este quadro econômico foi revertido, reduziu-se a extensão do movimento de ocupação de fábricas. Este cenário, segundo relatos de dirigentes do movimento justificaria a centralidade da luta pela estatização.

O movimento se opõe ao discurso que advoga a passagem da propriedade das fábricas para os trabalhadores. Argumentam que no caso da Flaskô, seria inclusive inviável a formação de uma cooperativa para o arrendamento dos equipamentos da fábrica, devido ao fato de que a dívida da Flaskô alcança a cifra de 250 milhões de reais.

A situação da Flaskô, portanto, não foi regularizada do ponto de vista jurídico. Trata-se de uma propriedade privada que se encontra sob controle dos trabalhadores que se fazem representar por uma comissão de fábrica. Esta situação anômala se reproduz há seis anos, quando, diante da iminência do fechamento da empresa, os operários decidiram ocupar a fábrica e continuar a produção.

Formas de luta e mobilização

O M F O desenvolveu suas ações através de greves, atos políticos, panfletagens, assembléias e outras formas de luta tradicionais para o movimento operário. A ocupação da Cipla se deu como desdobramento de uma greve que tinha uma pauta de reivindicações tipicamente sindicais, sendo a regularização do pagamento de salários a principal.

O que singulariza o movimento é o ímpeto de levar a greve e demais formas de luta até o extremo da ocupação da fábrica, inclusive, se necessário, desrespeitando decisões judiciais.

Em algumas ocupações o sindicato da categoria se opôs à tomada da fábrica. A orientação sindical se circunscreve à legalidade, muitas vezes propondo aos trabalhadores uma ação judicial para o arresto de bens da fábrica para o pagamento dos créditos trabalhistas. O MFO, nesses casos, combate a orientação sindical, argumentando que ela é ineficaz. Os bens destas fábricas são velhos, possuem baixo valor de mercado e o recebimento dos créditos trabalhistas se torna incerto. As palavras de ordem de “ocupação” e “estatização” materializam a proposição de encaminhamento político feita pelos dirigentes do MFO frente ao impasse que vivenciam os trabalhadores de fábricas que se encontram em situação pré-falimentar, muitas vezes com os salários atrasados, sem depósito de FGTS etc. Esta é a situação vivenciada pelos trabalhadores da Cipla, Flaskô e Interfibra no momento em que decidem pela ocupação. Trata-se de fábricas em que o processo produtivo é organizado segundo o padrão fordista, que apresentavam um elevado nível de defasagem tecnológica (exceto a Interfibra) e que possuíam um elevado número de trabalhadores com baixa qualificação e idade avançada. Para muitos deles a exclusão do mercado de trabalho poderia ser prolongada ou até mesmo definitiva.

A angústia desses operários pode ser exemplificada se focalizarmos a questão de gênero. As mulheres que trabalhavam na Cipla e que trabalham na Flaskô, em grande parte trabalhadoras de baixa qualificação, atuavam fazendo a “rebarba” de peças plásticas produzidas por essas empresas. Isso se devia ao fato de este trabalho, que consiste em manusear pequenas facas e retirar as falhas das peças, ser considerado “um trabalho delicado, indicado para as mulheres”. Muitas delas sofrem atualmente de lesão por esforço repetitivo, vivendo entre a perícia do INSS e a fábrica. Obviamente muitas dessas trabalhadoras teriam dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho.

Na Flaskô parte significativa dos operários se constitui de migrantes de Santa Catarina, muitos vindos da área rural do estado para trabalhar nesta fábrica da região industrial de Campinas. Vários deles trabalham na fábrica há cerca de 20 anos, sendo esta sua única experiência de emprego no estado de São Paulo.

Este conjunto de informações sugere que para muitos trabalhadores a luta pela ocupação estava associada a intenso sofrimento, causado pelo fechamento das fábricas que, ao lado de problemas de ordem material criava também dificuldades subjetivas, como a provável perda da identidade operária recém-adquirida. O potencial de desajustamento social para muitos trabalhadores causado pelo fechamento dos postos de trabalho nestas fábricas, a perda da base material de subsistência, o impacto psíquico provocado pela desestruturação das relações sociais no meio urbano, que tinha a inserção na fábrica como aspecto decisivo, principalmente para trabalhadores migrantes na Flaskô, são fatores que ajudam a compreender os múltiplos significados que se articulam na luta pela ocupação.

Tudo isso ocorria no quadro da abertura comercial e da reestruturação produtiva intensificados durante a década de 90, como já foi dito. Este é o cenário humano que revela aspectos do que Antunes (2004) define como “fragmentação da classe que vive do trabalho” e “nova morfologia do trabalho”.

A situação crítica vivenciada por estes operários permite compreender como trabalhadores, que em muitos casos possuíam pouca tradição de organização sindical, deram rapidamente o salto que os levou a participar da constituição de um movimento com características nitidamente políticas. Como se tornou possível encontrar a coragem e coesão necessária para participar de atividades criminalizadas pelo Estado. Acresce que o fechamento da fábrica em geral traumatiza não apenas os trabalhadores diretamente afetados, mas também a população que vive no ambiente onde a fábrica está instalada. Exemplos disso são as 50 mil assinaturas obtidas em Joinville para um abaixo assinado dirigido ao presidente Lula, em 2003, solicitando a estatização da Cipla.

Quando enfatizo o caráter político das ocupações desenvolvidas pelo MFO, me refiro não apenas a reivindicação da estatização e às outras bandeiras do movimento. O caráter político do movimento também se revela no fato de que um conjunto de incidentes regularmente desestabiliza o processo produtivo, devido aos problemas jurídicos e institucionais que envolvem a manutenção do funcionamento da fábrica sob o controle operário, sendo esta uma propriedade privada insolvente com o estado e com

credores privados. São leilões de máquinas, pedidos de penhora de faturamento, ruptura de contratos comerciais por parte de outras empresas, que não aceitam tratar com uma “comissão de fábrica”, ou são pressionadas a não manter relações com uma fábrica ocupada, processos criminais contra dirigentes das comissões de fábrica, cortes de luz decorrentes de dívidas antigas com concessionárias de energia deixadas pelos patrões entre inúmeros outros casos.

Estes incidentes obrigam os trabalhadores a uma mobilização contínua, que passa por atos políticos contra o leilão de máquinas, piquetes para impedir retirada de maquinário, audiências com autoridades do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência Social visando à suspensão de processos contrários às fábricas etc.

Um dado revelador é o de que nas fábricas ocupadas existe um setor de mobilização permanente, ao qual compete o desenvolvimento de atividades delegadas pela comissão de fábrica, como a manutenção de sites, blogs, confecção de boletins, panfletos, informes sobre a produção, organização de atividades políticas e culturais. Na Flaskô a comissão de mobilização ainda organiza a programação de uma rádio pirata, a Rádio Luta. A participação constante em assembléias, piquetes, atos políticos, configura a rotina de uma parcela significativa dos trabalhadores. Na Flaskô, onde o número de trabalhadores – cerca de 70 operários - é muito inferior ao da Cipla, pude verificar em meu trabalho de campo, que as atividades políticas envolvem a quase totalidade dos trabalhadores, talvez em decorrência da maior coesão, possível de se alcançar em um grupo pequeno, onde é mais difícil se “esconder” ou ser “carona”. (Olson, 1999)

Como tentarei demonstrar no curso deste trabalho, a atuação política passa a estar contida ou se constituir em um aspecto do tempo do trabalho. Manter a produção e o funcionamento da fábrica, com os fatores limitadores da falta de crédito, de capital de giro, de condições econômicas para a manutenção do maquinário é muito difícil. Porém além dos fatores econômicos que dificultam a reprodução da fábrica no mercado capitalista existem também os fatores políticos, determinados pelos ritmos do mundo jurídico, pelos ataques das associações patronais, como a ABIPLAST no caso das empresas citadas, e até mesmo dos antigos patrões que muitas vezes tentam reassumir o controle da fábrica e se apropriar da “recuperação” realizada pelos trabalhadores.

Diante deste quadro, a extrema mobilização destes trabalhadores revela, em certa medida, uma relativa inversão do que ocorre tipicamente nos marcos institucionais do mercado capitalista. Nos momentos mais críticos, a luta política vem antes da produção de mercadorias ou se confunde com ela e se torna uma condição da própria

produção. Isso determina o caráter político do movimento de ocupação e a própria transformação dos trabalhadores em “trabalhadores políticos”. Os aspectos mencionados, como as características dos trabalhadores, o perfil etário e de qualificação profissional, assim como a explicitação do cotidiano de lutas, da vida em fábricas ocupadas, além do repertório de ações mobilizado, definem um contorno geral do MFO; Esta caracterização não deve obscurecer a percepção da singularidade de cada ocupação. As fábricas variam em tamanho, capacidade produtiva, grau de preservação do parque produtivo, além da especificidade do ambiente no qual cada uma delas está inserida, isto é, do significado local de cada fábrica em seu bairro ou em sua cidade e das relações dos operários com o entorno.

Em Joinville, maior cidade industrial de Santa Catarina, a Cipla, tradicional indústria plástica, era um símbolo da industrialização da cidade, o que garantiu uma profunda simpatia popular pela luta para manter a fábrica aberta, que pode ser mensurada pela participação da população em atos de apoio, abaixo-assinados, etc. Esse apoio ia além da população trabalhadora local e envolvia inclusive políticos de partidos de fora do espectro da esquerda.

A Flaskô situada na cidade de Sumaré, em São Paulo, cidade de forte industrialização com plantas fabris modernas como a da Honda, angaria apoio de sindicatos locais, parlamentares do PT e do PSOL, mas, além disso, desenvolve uma forte relação com o MTST e com o MST. A participação da fábrica na luta direta pela moradia se torna evidente com o apoio político e material que ofereceu à ocupação e ao acampamento do MST em Limeira e ao acampamento Zumbi dos Palmares⁴, organizado pelo MTST em um bairro próximo ao Parque Bandeirantes, onde se encontra a Flaskô.

As especificidades quanto às lutas e nas relações com as populações locais, guardam íntima relação com diferenças de escala. A Cipla tinha o parque produtivo intacto e cerca de 1000 operários, enquanto a Flaskô, quando ocupada, já estava profundamente sucateada e conta com apenas 70 operários. O diferencial de tamanho é decisivo econômica e politicamente. Além de determinar estratégias comerciais distintas, a diferença do tamanho determina estratégias diferentes de relação com o entorno da fábrica. Basta considerar que a Cipla podia contar com a força numérica de

⁴ A Ocupação Zumbi dos Palmares é a maior ocupação do MTST no Estado de São Paulo. A área da ocupação se estende por trinta mil metros quadrados no bairro Jardim Denadai. Algumas reuniões preparatórias para a ocupação foram realizadas na Flaskô de onde saíram alguns ônibus para a ocupação. Além do apoio da comissão de fábrica, alguns trabalhadores da Flaskô atuaram diretamente na ocupação, montando barracas visando obter lotes para moradia. Durante o trabalho de campo fui levado por trabalhadores da fábrica para realizar observação participante nesta ocupação.

1000 operários para fazer um piquete e impedir a entrada da polícia ou a saída de um maquinário, enquanto a Flaskô precisa contar com o apoio de moradores do bairro Parque Bandeirantes e da Vila Operária e dos movimentos sociais, para proteger fisicamente a ocupação da fábrica.

No caso da Flaskô é importante verificar que a luta da fábrica estimula a articulação de diferentes movimentos e perspectivas tendo em vista os critérios sensíveis do “uso” – terra, moradia e emprego – e não os parâmetros da troca mercantil. Isto se exemplifica em uma ocupação para moradia, organizada pelos trabalhadores no terreno da própria fábrica. Esta ocupação, a vila operária, conta hoje com 500 famílias, foi organizada a partir de um projeto de urbanização, feito por um arquiteto que a época trabalhava para a fábrica, e hoje os trabalhadores da fábrica e os moradores da vila operária lutam pela sua regularização. A iniciativa de constituir no interior da fábrica uma “fábrica de esporte e cultura”, que propicia que cerca de 400 crianças pratiquem atividades esportivas regularmente no interior da fábrica, além da realização de atividades culturais como o teatro e o cine Flaskô.

Obviamente a reprodução econômica da fábrica e a manutenção dos empregos dentro dos limites de uma economia de mercado capitalista a mantêm ainda no domínio da lógica mercantil. A perspectiva de desmercantilização se torna possível em conexão com os movimentos orientados pela “utilidade concreta” num contexto que é muito mais amplo que o da fábrica. É um contexto “urbano”. Por sua vez, o papel do Estado é o de manter esses movimentos orientados para o uso dentro dos critérios estabelecidos pelo mercado.

O M F O articulava, portanto, uma rede de casos de ocupação, em que cada uma delas precisava dar respostas específicas para situações particulares. Se pensarmos na variedade das fábricas em que o MFO atuou em processos de luta e de ocupações menos duradouras como a Flakepet – fábrica de reciclagem de garrafas pet em Itapevi SP – fábrica moderna que contava com operários mais jovens – que chegou a produzir por três meses sobre controle operário, ou a Ellen Metalúrgica, em Caieiras, cidade da grande São Paulo, que também produziu quatro meses sobre controle operário, veremos que o movimento teve capacidade de um desenvolvimento considerável, quando confrontamos a extensão da sua atuação com a percepção de que se tratava de um movimento com baixo grau de institucionalização e com alto grau de instabilidade. O próprio controle operário de fábricas ocupadas, uma anomalia do ponto de vista da ordem social vigente, só pode se constituir como um fenômeno transitório. As falências,

a taxa de desemprego e a constituição da base social do movimento eram sintomas de crise social, parcialmente revertida com a recuperação econômica e produção de empregos a partir da fase final do primeiro mandato do presidente Lula. Porém se faz necessário indagar sobre a considerável força com que o movimento de ocupações se desenvolveu e sobre o significado da longa duração de algumas ocupações. Assim é que a Cipla e a Interfibra permaneceram 5 anos ocupadas, entre 2002 e 2007 quando a justiça federal em Santa Catarina aceitou a solicitação ajuizada pelo Ministério da Previdência e nomeou um interventor para o local, destituindo a comissão de fábrica. Em 2010, A Flaskô comemorou 7 anos de ocupação.

Com esse propósito passo a explicitar aspectos organizativos e os recursos mobilizados pelo “movimento”, que podem ajudar a compreender as formas de produção de solidariedade e coesão que sustentam estas ações coletivas.

O primeiro e fundamental ato político consiste em ocupar a fábrica e não aceitar a formação de uma cooperativa, segundo o argumento de que não desejam se transformar em “trabalhadores – patrões”, nem abrir mão dos direitos trabalhistas, inclusive o crédito trabalhista que possuem com os patrões. Nesse sentido, “recuperar a fábrica” para o MFO, não significa formar uma cooperativa, trocar os créditos trabalhistas por uma parte do maquinário e abrir uma “fábrica” que se constitua como um empreendimento econômico de menores dimensões que a fábrica atual, que na maior parte das vezes já se encontra sucateada e “canibalizada”. Recuperar a fábrica significa, para o movimento, manter todos os empregos e todas as linhas de produção existentes. Isso corresponde ao objetivo manifesto de deter a desnacionalização da economia, a desindustrialização e defender os postos de trabalho. Sendo estes os eixos políticos que orientam este movimento. A obtenção desses objetivos passa pela organização do “controle operário” através da eleição de uma comissão de fábrica com mandatos revogáveis, que administra política e financeiramente a fábrica. Além disso, plenárias e assembléias deliberativas discutem as proposições da comissão de fábrica e as decisões políticas e comerciais. É importante ressaltar que segundo Alexandre Mandl, advogado da Flaskô, a proposta de estatização é a base para a negociação de uma solução jurídica que poderia se dar através de uma adjudicação dos bens da fábrica pela Fazenda Pública em decorrência das dívidas patronais para com ela. Alternativas também foram discutidas à época da ocupação da Cipla pela comissão de fábrica com autoridades de Brasília dos ministérios do Trabalho e da Previdência, mas não se chegou a uma solução.

A “ocupação da fábrica”, um ato de extrema radicalização que frequentemente ocorre em situações históricas extraordinárias (situações revolucionárias, ou pré-revolucionárias) se apresentou como uma resposta criativa do MFO frente aos efeitos das mudanças macro-sociais, que atingem os trabalhadores, como decorrência da reestruturação produtiva e das medidas neoliberais adotadas no Brasil no curso da década de 90.

A orientação política dos sindicatos, que com muita frequência se limita à defesa jurídica dos trabalhadores, e a luta pelo recebimento dos créditos trabalhistas, é insuficiente diante da ameaça do desemprego. Neste contexto de mudanças da “estrutura de oportunidades políticas” (Tilly, 1978), se estabeleceram as condições que possibilitavam ao MFO angariar apoio e a audiência de trabalhadores que em muitas fábricas se dispuseram ao aprendizado desta “nova” forma de ação coletiva

Aqui vale ressaltar que se trata realmente de um “aprendizado coletivo” do conjunto de disposições necessárias para a gestão financeira e administrativa de uma empresa capitalista. Aprender a dirigir a fábrica prescindindo da “gerentaiada” como dizem os trabalhadores da Flaskô quando se referem à equipe administrativa que geria a fábrica antes da ocupação, à qual os trabalhadores associam um alto grau de corrupção.

A democratização da administração é percebida pelos trabalhadores como uma conquista que oferece o mínimo de segurança no quadro de uma situação crítica. Um dos princípios que alicerçam a concepção de controle operário do MFO, como já foi salientado anteriormente, é o de que todos os postos de trabalho devem ser preservados e que uma demissão só pode ocorrer quando deliberada em assembléia.

Outro aspecto importante do controle operário passa pela discussão e deliberação coletiva sobre as decisões administrativas e financeiras. Pelas informações que obtive em entrevistas e em minha observação participante, em quase todos os casos que envolvem optar por pagar uma dívida, alguma obrigação fiscal da empresa, etc., ou manter em dia o salário, os trabalhadores decidem por garantir a folha de pagamento. Pude verificar esta tendência em atas, boletins e relatos de trabalhadores, nos casos da Cipla, Flaskô e Flakepet.

Muitos outros aspectos poderiam ser citados para demonstrar a eficácia do controle operário como, por exemplo, o estímulo que ele constitui para o empenho dos operários na produção, ou a alegria que muitos expressam por “estar livre do chicote do patrão”. Mas acredito que a prioridade de manter os salários em dia e a garantia do

emprego enquanto a fábrica estiver aberta, constituem os fatores decisivos que atendem aos interesses materiais mínimos de operários que se encontram em situação crítica.

A preservação dos direitos trabalhistas como direito à férias, décimo terceiro salário, depósito de FGTS e contribuição previdenciária (embora o recolhimento destes impostos seja intermitente, variando de acordo com a situação econômica da fábrica) também se constituem como garantias importantes. A questão do salário é tão importante que às vezes seu atraso produz conflitos, provocando o enfraquecimento momentâneo da legitimidade da comissão de fábrica⁵.

Conclusão

O presente trabalho buscou apresentar uma análise dos fatores que possibilitaram o surgimento do MFO e os que influenciaram o seu desenvolvimento e esgotamento.

O movimento surgiu como uma resposta de operários afetados pelo fechamento de fábricas em decorrência da reestruturação produtiva e da abertura comercial da década de 90.

O sentimento de privação e de opressão vivenciado por estes trabalhadores, diante da eminência do desemprego em um cenário de crise econômica, sustentou o seu potencial de mobilização.

Além da crise econômica que era vivenciada durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a eleição de Lula para presidente da república, são fatores que caracterizam o “ciclo político” que trouxe as condições de possibilidade para a ocupação da Cipla.

Ao dirigir ao governo Lula a exigência da estatização da fábrica, alegando que a dívida principal dos patrões era com os cofres públicos e afirmando que o governo deveria se responsabilizar com a manutenção dos empregos, o movimento estava reivindicando ao estado o direito ao trabalho.

⁵ Como demonstra Felipe Raslan (2007) demonstra em sua tese de mestrado sobre a Flaskô. Também presenciei este fato em meu trabalho de campo nesta fábrica.

Além de criar uma grande expectativa nos operários, que acreditavam que um presidente operário poderia acolher a demanda de uma solução política para a ocupação, a reivindicação da estatização, solução defendida pelo MFO, permitiu ao movimento mobilizar os trabalhadores a partir do “sentimento moral compartilhado de que sofriam uma injustiça”. Os trabalhadores acreditavam que não deviam ser penalizados com o desemprego causado pela má gestão da fábrica pelos patrões.

Ao mesmo tempo em que reivindicava a estatização da Cipla e da Interfibra, o movimento estimulou e participou da ocupação de cerca de 60 fábricas. O movimento combinava ações defensivas e ações ofensivas. A luta pela “generalização” das ocupações, fazia crescer a base social do movimento ao mesmo tempo em que dificultava o diálogo com o governo, que não aceitava a estatização e defendia a criação de cooperativas através da Economia Solidária.

Além de lutar pela generalização das ocupações O MFO buscava sustentação através de alianças com outros movimentos sociais, como o MST, o MTST, realizando marchas à Brasília conjuntamente com estes movimentos. Buscou diálogo com o movimento sindical e angariou apoio de diversos sindicatos da CUT para as ocupações. Além disso, se relacionava solidariamente com outros movimentos de ocupação de fábricas na Argentina, Uruguai, Bolívia e Venezuela.

A retomada do crescimento econômico a partir do final do primeiro mandato de Lula conjugado com o crescimento da geração de postos de trabalho encerrou o ciclo político que tornava possível o surgimento de novas ocupações de fábricas.

É importante notar a força e a resistência de ocupações que se sustentavam na reafirmação da identidade operária.

“O que nos mobiliza é esta privação/opressão/injustiça com respeito a “nós”, de qualquer forma que “nós” nos definimos ou nos percebemos. Então cada Movimento Social serve não só para lutar contra a privação, mas ao fazê-lo, também reafirma a identidade das pessoas ativas no movimento e também a daqueles “nós” pelas quais o movimento atua”.(Frank, 1989).

Hoje a experiência do MFO ainda ecoa na fábrica ocupada Flaskô, que completa em 2011, 8 anos sob controle operário.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo.. Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). Cortez, São Paulo, 1995.

ALBUQUERQUE, Alexander Noronha de. “A memória dos metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão: o caso Remington”. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,

CARDOSO, Adalberto. “A Década Neoliberal” e a crise dos sindicatos no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.

CORMENANZA, Pablo. “La Batalla de Inveval” la lucha por el control obrero em Venezuela. Fundación Federico Engels, Madrid, 2009.

CASTEL, Robert. “As metamorfoses da questão social”. Vozes, Rio de Janeiro,1998.

CASTORIADIS, Cornélio. “Workers’ Councils and the Economics of a self-Managed Society”- Marxists.com, 1972.

CHAUVEY, Daniel. “ O que é autogestão” Coleção O que é? N.o 6. Edições 70, Lisboa, 1970

CHESNAIS, François. “ Finança Mundializada” Boitempo Editorial. São paulo, 2005.

GONÇALVES, R. . “Capital Estrangeiro, Desnacionalização e Capital Estrangeiro”.

Praga - Revista de Estudos Marxistas, v. 9, p. 69-80, 2000.

- **“Lula: Aposta Perdida”.** Praia Vermelha (UFRJ), Rio de Janeiro, n. 9, p. 34-51, 2003.

- . **“Globalização, desnacionalização e vulnerabilidade externa. A volta da questão nacional”.** Proposta, v. 82, p. 60-67, 1999.

GOULART, Serge. “ A luta da Cipla e da Interfibra” fpmarx.blogspot.com

NOVAES, Henrique T. “ O Fetiche da Tecnologia”. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007.

LEFEBVRE, Henri. “**A Irupção**” – A Revolta dos Jovens na Sociedade Industrial : Causas e efeitos. Editora Fatos e Documentos, São Paulo, 1968

LIMA, Jacob Carlos e **ARAÚJO**, Neyara. “**Para além do novo sindicalismo: A crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado**”. In RODRIGUES, Iram Jácome (org). O novo sindicalismo. Vinte anos depois. Petrópolis, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Janaína Quitério. “**Fábrica Quebrada é fábrica Ocupada e Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada**” A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. São Paulo, 2004.

OLSON, Mancur. “**A Lógica da Ação Coletiva**” Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. Edusp, São Paulo, 1999.

POCHMANN, Marcio. “**O emprego no desenvolvimento da nação**” – Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.

REED, John. “**Os Dez Dias que Abalaram o Mundo**” São Paulo

ROSSO, Sadi Dal. “**Mais Trabalho!**” A intensificação do labor na sociedade contemporânea. Boitempo Editorial. São Paulo, 2008.

TAUILE, José ricardo. “ Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento” Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TILLY, Charles.. “**From Mobilization to Revolution**”. 1978. New York: Random House, 1978.

RASLAN, Felipe. “**Resistindo com classe**”: O Caso da Ocupação da Flaskô. – Dissertação de Mestrado. IFCH- Unicamp, Campinas, 2007.

FRANK, André Gunder et **FUENTES**, Marta. “**Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais**” Revista Lua Nova no 17 , São Paulo, Junho, 1989.